



**HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA
(VFV), POR LOTES, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LOURES**

PROCESSO N.º 01HP/DL/2015

PROGRAMA DA HASTA PÚBLICA

ÍNDICE

Artigo 1.º - Objeto

Artigo 2.º - Consulta do procedimento.

Artigo 3.º - Pedidos de esclarecimento sobre as peças patenteadas

Artigo 4.º - Condições de admissão a hasta pública

Artigo 5.º - Documentos de habilitação e documentos que devem instruir as propostas dos candidatos

Artigo 6.º - Modo de apresentação dos documentos

Artigo 7.º - Proposta condicionada e com variantes

Artigo 8.º - Entrega da documentação

Artigo 9.º - Exclusões

Artigo 10.º - Local, dia e hora do ato público

Artigo 11.º - Valor base de licitação

Artigo 12.º - Tramitação do ato público

Artigo 13.º - Não adjudicação

Artigo 14.º - Prazo de validade da proposta

Artigo 15.º - Caução

Artigo 16.º - Legislação aplicável

ANEXOS:

- Anexo I

Minuta da Proposta

- Anexo II

Modelo da Declaração

Artigo 1.º - OBJETO DA HASTA PÚBLICA

- 1- O objeto da Hasta Pública consiste na alienação de veículos em fim de vida, adiante designados VFV, por lotes, veículos propriedade do Município de Loures.
- 2- Os veículos a alienar encontram-se distribuídos por três lotes conforme anexos I, II e III, juntos ao Caderno de Encargos.
- 3- Os veículos a alienar, designados como veículos em fim de vida (VFV), constituem um resíduo, na aceção do disposto na alínea ee), do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5/09, com a última alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 75/2015 de 11/05, e de acordo com o disposto na alínea r), conjugada com as alíneas s) e t) todas do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23/08, com a última alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 114/2013 de 07/08, e classificados com o código 16.01.04. - Veículos em fim de vida da Lista Europeia de Resíduos.

Artigo 2.º - CONSULTA DO PROCEDIMENTO

- 1- As peças da Hasta Pública estão disponíveis para consulta na Divisão de Logística, sita nas Oficinas Municipais, Rua do Funchal, Fanqueiro, 2670-364 Loures, onde podem ser consultadas pelos interessados, durante as horas de expediente, entre as 9:00h e as 17:30h, desde a data da publicação do Edital até ao dia 11 de Dezembro de 2015.
- 2- Desde que solicitado até 2 (dois) dias antes do termo do prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados podem obter cópias das peças na morada referida no ponto anterior, mediante pagamento de acordo com a Tabela de Preços do Regulamento de Taxas do Município de Loures.
- 3- É da exclusiva responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com as peças patenteadas.

Artigo 3.º - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS

- 1- O órgão que preside à Hasta Pública é o Sr. Vereador Tiago Matias, representado pela Comissão para tal designada, instalada na Divisão de Logística, sita nas Oficinas Municipais, Rua do Funchal, Fanqueiro, 2670-364 Loures (Telefone: 211150320; endereço eletrónico dl@cm-loures.pt)

2- Quaisquer pedidos de esclarecimento relativos a dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas deverão ser apresentados, por escrito, àquela Comissão, para o endereço eletrónico indicado no ponto anterior e até às 17h30m do dia 9 de dezembro de 2015.

3- Os esclarecimentos a que se refere o ponto anterior serão prestados por escrito, pela Comissão, até às 17h30m do dia 10 de dezembro de 2015.

4- Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas e proceder-se-á, imediatamente, à divulgação desse facto, desde que os esclarecimentos prestados levem a uma melhor compreensão e interpretação daquelas peças.

5- Os interessados podem verificar as características dos VFV a alienar no Parque Urbano de Santa Iria da Azóia (PUSIA), sito em Santa Iria da Azóia, telefone n.º 21 115 11 88 / 92, no horário das 9h:00 às 17:00h, todos os dias úteis, desde a data da publicitação do Edital da presente Hasta Pública, até ao último dia de apresentação das propostas, fazendo marcação prévia e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas para visita ao local.

Artigo 4.º - CONDIÇÕES DE ADMISSÃO À HASTA PÚBLICA

Apenas se podem candidatar à presente Hasta Pública, pessoas coletivas, e empresas em nome individual, classificadas como operadores no âmbito da alínea r), do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, com a última alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 75/2015 de 11/05, licenciadas pela Agência Portuguesa de Ambiente que estejam habilitadas para o exercício de gestão de resíduos, que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no Anexo II do presente programa, e que estejam habilitadas para o exercício das atividades de transporte, armazenamento, tratamento, descontaminação, desmantelamento e reciclagem de VFV.

Artigo 5.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTOS QUE DEVEM INSTRUIR AS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS

1- Documentos de habilitação

Todos os candidatos devem apresentar os seguintes documentos de habilitação, sob pena de exclusão:

a) Certidão do Registo Comercial emitida pela Conservatória do Registo Comercial, válida e atualizada ou Código de acesso à Certidão Permanente do Registo Comercial.

b) Declaração do candidato, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II. Esta declaração deve ser assinada pelo candidato se se tratar de empresa em nome individual, ou por um seu representante com poderes para o obrigar nos restantes casos.

c) Documentação comprovativa de que o candidato é operador autorizado com competência para o exercício da atividade de armazenamento temporário, tratamento, desmantelamento e descontaminação, e emissão de certificados de destruição de veículos em fim de vida, nos termos do Decreto-lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2013, de 07 de agosto.

2- Documentos que devem instruir a proposta

Todos os candidatos devem apresentar, sob pena de exclusão, a proposta de preço, elaborada nos termos do Anexo I, na qual se deve identificar o preço proposto para cada lote(s) de veículos a que se habilita(m).

Artigo 6.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1- Os documentos, elaborados nos termos do n.º 1 do artigo 5.º deste programa são apresentados em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra **"DOCUMENTOS"**.

2- A proposta de preço, elaborada nos termos do Anexo I, e a documentação referida no n.º 2 do artigo 5.º deste programa, são apresentadas em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra **"PROPOSTA"**.

3- Os dois invólucros referidos nos pontos anteriores são, por sua vez, guardados num outro invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra **"SOBRESCRITO EXTERIOR"**, bem como a designação da **Hasta Pública** e o número do processo.

Artigo 7.º - PROPOSTA CONDICIONADA E COM VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas (isto é, sujeitas a condição) ou que envolvam alterações ou variantes às cláusulas do Caderno de Encargos.

Artigo 8.º - ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

1- A documentação deve ser remetida pelo correio em envelope opaco e fechado

(conforme referido nos números 1, 2 e 3 do artigo 6.º deste programa), sob registo e com aviso de receção ou entregues por mão própria, pelos candidatos ou seus representantes, contra recibo, devendo as mesmas, em qualquer dos casos, dar entrada na Divisão de Logística, sita nas Oficinas Municipais, Rua do Funchal, Fanqueiro, 2670-364 Loures, **até às 17h30m do dia 11 de Dezembro de 2015.**

2- Se o envio da documentação for efetuado pelo correio ou entregue em local diferente do indicado no ponto anterior, os candidatos são os únicos responsáveis pelos atrasos que porventura se verifiquem, não constituindo motivo de reclamação o facto da entrega das propostas ocorrer já depois de esgotado o prazo fixado para a entrega das mesmas.

Artigo 9.º - EXCLUSÕES

1- Constitui **causa de exclusão das propostas** as seguintes:

- a)-** A não observação do exigido no número 2 do artigo 6.º do presente Programa;
- b)-** A apresentação de valores, para cada lote de veículos, inferiores aos valores base de licitação definidos no número 1, do artigo 11.º do presente Programa.
- c)-** A apresentação de propostas condicionadas ou que envolvam alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos.

2- Constituem **causas de exclusão dos candidatos** as seguintes situações:

- a)-** A não apresentação dos documentos exigidos nos números 1 e 2 do artigo 5.º do presente Programa;
- b)-** A não apresentação da documentação até à data limite fixada no número 1 do artigo 8.º do presente Programa;

3- A existência de dívidas ao Município de Loures, por período superior a 60 (sessenta) dias para além do prazo de emissão de qualquer fatura, à data do ato público do concurso, situação a comprovar pelo Município de Loures nessa mesma data.

Artigo 10.º - LOCAL, DIA E HORA DO ATO PÚBLICO

1- O ato público tem lugar às **11h00m do dia 14 de Dezembro de 2015**, na sala de reuniões da Divisão de Logística, sita nas Oficinas Municipais, Rua do Funchal, Fanqueiro, 2670-364 Loures.

2- Só podem intervir no ato público os candidatos e seus representantes que para o efeito estiverem devidamente legitimados bastando, para tanto, no caso de intervenção do titular de empresa em nome individual, a exibição do seu bilhete de

identidade/cartão de cidadão, e no caso de intervenção dos representantes de sociedades ou agrupamentos de empresas, a exibição dos respetivos bilhetes de identidade/cartões de cidadão e de uma credencial passada pela empresa em nome individual, sociedade ou agrupamento, da qual conste o nome e o número do bilhete de identidade/cartão de cidadão dos representantes.

3- Entende-se por credencial o documento emitido pela empresa representada da qual constem, além dos poderes conferidos, a(s) assinatura(s) do(s) seu(s) gerente(s), administrador(es) ou mandatário(s) com poderes bastantes, invocando a qualidade em que o fazem.

Artigo 11.º - VALOR BASE DE LICITAÇÃO

1- O valor base de licitação, por cada lote de veículos em fim de vida é o seguinte:

Lote 1 - €5.100,00 (cinco mil e cem euros);

Lote 2 - €3.440,00 (três mil quatrocentos e quarenta euros);

Lote 3 - €960,00 (novecentos e sessenta euros).

2- O valor proposto é indicado em algarismos e por extenso.

3- Os valores indicados não incluem IVA de harmonia com o disposto no número 13, do artigo 35.º do Código do IVA consubstanciado no facto de ter entrado em vigor a Lei n.º 33/2006, de 28 de julho, a qual aplica a regra de inversão do sujeito passivo na liquidação do IVA em matéria de tributação de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis.

Artigo 12.º - TRAMITAÇÃO DO ATO PÚBLICO

1- Declarado aberto o ato público, a Comissão procede à identificação da Hasta Pública e à abertura dos sobrescritos exteriores recebidos, bem como os invólucros relativos aos **DOCUMENTOS** mencionados no número 1 do artigo 6.º deste programa, mantendo-se inviolados os invólucros das **PROPOSTAS** a que alude o número 2 do mesmo artigo.

2- A Comissão procede, depois, à leitura da lista de candidatos, elaborada de acordo com a ordem de entrada da documentação.

3- Seguidamente, a Comissão procede à identificação dos candidatos e dos seus representantes.

4- Os invólucros das **PROPOSTAS** são guardados num invólucro opaco e fechado que deve ser assinado pelos membros da Comissão.

- 5- De seguida, interrompe-se o Ato Público para a Comissão proceder, em sessão privada, à análise dos documentos de habilitação apresentados pelos candidatos.
- 6- A Comissão rubrica, por maioria dos seus membros, os documentos mencionados no ponto anterior, e procede à sua análise, deliberando sobre a admissão ou exclusão dos candidatos, sendo excluídos os candidatos que não apresentem os documentos exigidos no número 1 do artigo 5.º deste programa.
- 7- Reaberto o ato público, a Comissão transmite as deliberações tomadas, dando-se continuidade ao Ato Público ou fixando-se dia e hora para a continuação do mesmo
- 8- Depois, a Comissão procede à abertura dos invólucros das **PROPOSTAS** a que se refere o número 2 do artigo 6.º deste programa onde se contem o documento referido no número 2 do artigo 5.º deste programa, deliberando sobre a admissão ou exclusão das propostas.
- 9- Logo de imediato, é aberta a praça iniciando-se a licitação a partir do valor do preço unitário mais elevado por categoria de veículo constante das **PROPOSTAS** admitidas.
- 10- No Ato Público da praça, procede-se à licitação verbal entre os candidatos, que podem ser os próprios ou seus representantes devidamente legitimados com poderes bastantes para o efeito.
- 11- A licitação é efetuada por lote, conforme lotes identificados no número 1 do artigo 11.º deste programa. No caso de dois ou mais candidatos apresentarem um preço para o lote em causa idêntico e esse preço for o mais elevado, terá de haver obrigatoriamente licitação entre os mesmos.
- 12- Os lanços são de 5% do valor da base de licitação, por lote, referidos no número 1 do artigo 11.º deste programa.
- 13- A licitação termina quando tiver sido anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.
- 14- A adjudicação é efetuada pelo preço mais elevado de cada lote.
- 15- Não existe qualquer limite de licitações em qualquer dos lotes de veículos a concurso.

Artigo 13.º - NÃO ADJUDICAÇÃO

Não há lugar a adjudicação provisória se não tiverem sido apresentadas propostas válidas, nem licitação igual ou superior aos valores definidos nos termos no número 1 do artigo 11.º deste programa, e quando existam fundados indícios de conluio entre

os candidatos ou outra causa justificativa.

Artigo 14.º - PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Todos os candidatos estão obrigados a manter as suas propostas, designadamente os preços resultantes das suas licitações, pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, prazo contado do dia seguinte ao da realização do ato público.

Artigo 15.º - CAUÇÃO

Não há lugar a caução.

Artigo 16.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

À presente Hasta Pública é aplicável o Código do Procedimento Administrativo (CPA), a legislação geral de resíduos, designadamente o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, com a última alteração introduzida pelo DL n.º 75/2015 de 11/05, e demais legislação especial, atualmente em vigor.

ANEXO I

MINUTA DA PROPOSTA

_____, abaixo
assinado, _____ com _____ residência _____ em
_____, por si ou na
qualidade de _____ (diretor, gerente,
sócio-gerente, proprietário, mandatário, etc.) da empresa
_____, devidamente mandatado para o efeito, obriga-se a
adquirir os bens a que se refere o anúncio publicado no site institucional do Município de
Loures (www.cm-loures.pt) de 03 de Dezembro de 2015, relativo à “Hasta Pública para
alienação de veículos em fim de vida, (VFV), por lotes, propriedade do Município de
Loures” de acordo com as condições gerais de alienação, das quais tomou pleno e integral
conhecimento, nas seguintes condições de preço por lote de veículos:

▪ Lote 1 - € _____, _____ (_____ euros e ____ cêntimos);

▪ Lote 2 - € _____, _____ (_____ euros e ____ cêntimos);

▪ Lote 3 - € _____, _____ (_____ euros e ____ cêntimos).

Não se liquidando o valor de IVA, de acordo com o estipulado no número 13, do artigo
35.º do Código do IVA, por alteração dada pela Lei n.º 33/2006, de 28 de julho.

_____, ____ de _____ de 2015 (Local e data)

_____ (Assinatura)

ANEXO I

Modelo de declaração

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a).....

b).....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾] ⁽⁶⁾;

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁷⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾] ⁽⁹⁾;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁰⁾;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹¹⁾;

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁴⁾;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾:

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaí e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ...(data), ... [assinatura ⁽¹⁸⁾]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.